

# PROFESSOR INSPETOR ESCOLAR

Data: 13/01/2008  
Duração: 4 horas

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 60 (sessenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Português	Legislação	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 15	16 a 60

b) Um **CARTÃO DE RESPOSTAS** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO DE RESPOSTAS**, com caneta esferográfica de tinta na cor **AZUL** ou **PRETA**.

04 - No **CARTÃO DE RESPOSTAS**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: 

A	B	■	D	E
---	---	---	---	---

05 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

06 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

**Obs.: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.**

07 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Prova **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

Realização:

 **FESP-RJ**  
Fundação Escola de Serviço Público

**PORTUGUÊS**

Leia o texto abaixo e responda às questões de nº 01 a 10.

**FOBIAS**

Não sei como se chamaria o medo de não ter o que ler. Existem as conhecidas claustrofobia (medo de lugares fechados), agorafobia (medo de espaços abertos), acrofobia (medo de altura), colofobia (medo do que ele vai nos aprontar agora), mas o pânico de estar, por exemplo, num quarto de hotel, com insônia, sem nada para ler não sei que nome tem. É uma das minhas neuroses. O vício que lhe dá origem é a gutembergomania, uma dependência patológica da palavra impressa. Na falta dela, qualquer palavra serve. Já saí da cama do hotel no meio da noite e entrei no banheiro para ver se as torneiras tinham “Frio” e “Quente” escritos por extenso, para saciar minha sede de letras. Já ajeitei o travesseiro, ajustei a luz e abri a lista telefônica, tentando me convencer que, pelo menos no número de personagens, seria um razoável substituto para um romance russo. Já revirei cobertores e lençóis, à procura de uma etiqueta, qualquer coisa.

Alguns hotéis brasileiros imitam os americanos e deixam uma Bíblia no quarto, e ela tem sido a minha salvação, embora não no modo pretendido. Nada como um *best-seller* numa hora dessas. A Bíblia tem tudo para acompanhar uma insônia: enredo fantástico, grandes personagens, ação, etc. – e uma mensagem positiva. Recomendo o Gênesis pelo ímpeto narrativo, “O cântico dos cânticos” pela poesia e “Isaías” e “João” pela força dramática, mesmo que seja difícil dormir depois do Apocalipse.

Mas, e quando não tem nem a Bíblia? Uma vez liguei para a telefonista de madrugada e pedi uma “Amiga”.

– Desculpe-me, cavalheiro, mas o hotel não fornece companhia feminina...

– Você não entendeu! Eu quero uma revista *Amiga. Capricho, Vida Rotariana*, qualquer coisa.

– Infelizmente não tenho nenhuma revista.

– Não é possível! O que você faz durante a noite?

– Tricô.

Uma esperança!

– Com manual?

– Não.

– Danação.

– Você não tem nada para ler? Na bolsa, sei lá.

– Bem... Tem uma carta da mamãe.

– Manda!

(Luís Fernando Veríssimo, *Comédias para se ler na escola*, com adaptações)

**01.** O texto apresentado é predominantemente:

- A) descritivo
- B) narrativo
- C) argumentativo
- D) dissertativo
- E) dissertativo-argumentativo

**02.** Do trecho “...uma Bíblia no quarto, e ela tem sido a minha salvação, embora não no modo pretendido” (L.22/24), depreende-se que o personagem masculino:

- A) aproveitava bem os ensinamentos religiosos contidos na Bíblia
- B) acreditava ser a Bíblia uma possibilidade de alcançar a salvação eterna
- C) utilizava a leitura da Bíblia tão-somente para satisfazer sua sede de leitura
- D) preferia a leitura da Bíblia à de um *best-seller*
- E) aprovava a iniciativa dos hotéis americanos ao imitar os brasileiros, oferecendo uma Bíblia a seus hóspedes

**03.** Em “ O vício que lhe dá origem” (L. 8/9), o pronome em destaque tem como referente:

- A) uma das neuroses
- B) o vício
- C) nome
- D) insônia
- E) gutembergomania

**04.** “Não sei como se chamaria o medo de não ter o que ler” (L.1/2) – substituindo-se a expressão “como se chamaria” por que nome designaria, fazendo-se as devidas alterações segundo a norma culta, obtém-se:

- A) Não sei de que nome designaria o medo de não ter o que ler.
- B) Não sei a que nome designaria o medo de não ter o que ler.
- C) Não sei em que nome designaria o medo de não ter o que ler.
- D) Não sei para que nome designaria o medo de não ter o que ler.
- E) Não sei com que nome designaria o medo de não ter o que ler.

**05.** Apresenta transgressão à norma culta quanto à regência o segmento:

- A) "...o medo de não ter o que ler" (L.1/2)
- B) "Na falta dela, qualquer palavra serve." (L.10/11)
- C) "...abri a lista telefônica, tentando me convencer que..." (L.15/16)
- D) "...e ela tem sido a minha salvação, embora não no modo pretendido" (L.22/24)
- E) "Você não tem nada para ler? Na bolsa, sei lá" (L.46)

**06.** Pode-se citar como exemplo de uso da língua de modalidade coloquial o segmento:

- A) "Existem as conhecidas claustrofobia..." (L.2)
- B) "O vício que lhe dá origem..." (L.8/9)
- C) "Já revirei cobertores e lençóis à procura de uma etiqueta..." (L.18/19)
- D) "Mas, e quando não tem nem a Bíblia?" (L.32)
- E) "Você não tem nada para ler?" (L.46)

**07.** Observa-se transgressão à norma culta quanto à concordância, fato lingüístico próprio da linguagem coloquial, no trecho:

- A) "– Desculpe-me, cavalheiro, mas o hotel não fornece companhia feminina..." (L.35/36)
- B) "– Você não entendeu! Eu quero uma revista *Amiga, Capricho, Vida Rotariana*, qualquer coisa" (L.37/38)
- C) "– Infelizmente não tenho nenhuma revista. – Não é possível! O que você faz durante a noite?" (L.39/40)
- D) "– Tricô.  
Uma esperança!  
– Com manual?" (L.41/43)
- E) "– Você não tem nada para ler? Na bolsa, sei lá.  
– Bem... Tem uma carta da mamãe.  
– Mandal!" (L.46/48)

**08.** "...embora não do modo pretendido." (L.23/24) – a palavra em destaque tem valor semântico equivalente à expressão destacada em:

- A) "...não sei que nome tem..." (L.7/8)
- B) "O vício que lhe dá origem..." (L.8/9)
- C) "...banheiro para ver se as torneiras..." (L.12/13)
- D) "...mesmo que seja difícil de dormir..." (L.30)
- E) "Mas, e quando não tem..." (L.32)

**09.** "Já revirei cobertores e lençóis, à procura de uma etiqueta, qualquer coisa" (L.18/19) – o uso do acento grave indicativo de crase está correto também na frase:

- A) O vício à que o homem se refere é o da leitura.
- B) O hóspede se entregou à leitura para satisfazer seu vício.
- C) O maníaco pôs-se à ler dentro do quarto do hotel.
- D) O hóspede pediu à uma telefonista distraída algo para ler.
- E) É difícil dizer à alguém que não se dispõe de nada para ler.

**10.** No trecho "Existem as conhecidas claustrofobia (medo de lugares fechados), agorafobia (medo de espaços abertos), acrofobia (medo de altura), collorfobia..." (L.2/4) – as vírgulas foram usadas pelo mesmo motivo que no segmento:

- A) "O vício que lhe dá origem é a gutembergomania, uma dependência..." (L.8/10)
- B) "...abri a lista telefônica, tentando me convencer que, pelo menos no número de..." (L.15/16)
- C) "uma Bíblia no quarto, e ela tem sido a minha salvação, embora não no modo pretendido" (L.22/24)
- D) "tem tudo para acompanhar uma insônia: enredo fantástico, grandes personagens, ação, etc." (L.25/27)
- E) "– Desculpe-me, cavalheiro, mas o hotel não fornece..." (L.35/36)

## LEGISLAÇÃO

**11.** De acordo com o artigo 77, inciso XXVII, da Constituição Estadual, os servidores da administração pública direta, colocados à disposição da administração pública indireta ou fundacional, quando da transferência para a inatividade incorporarão aos proventos a complementação de vencimentos que venham percebendo, desde que caracterizada essa situação há, no mínimo:

- A) doze anos consecutivos
- B) dez anos consecutivos
- C) oito anos consecutivos
- D) cinco anos consecutivos
- E) quatro anos consecutivos

**12.** De acordo com o artigo 77, inciso XXVII, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, o serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, é a:

- A) fundação pública
- B) sociedade de economia mista
- C) empresa pública
- D) sociedade de economia privada
- E) autarquia

*Considere o Decreto-Lei nº 220 de 18/07/1975 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio de Janeiro (artigos 46 a 54) e responda às questões de nº 13 e 14.*

**13.** Relacione as penas disciplinares listadas na coluna da esquerda com as suas respectivas especificidades, apresentadas na coluna da direita.

- |                |  |
|----------------|--|
| 1- advertência | ( ) não poderá exceder a 180 dias  |
| 2- repreensão  | ( ) conforme a gravidade da falta, poderá ser aplicada com a nota “a bem do serviço público”               |
| 3- suspensão   | ( ) será aplicada por escrito, dentre outros, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres |
| 4- demissão    | ( ) será aplicada verbalmente, em casos de negligência, e comunicada ao órgão de pessoal                   |

A seqüência correta é:

- A) 3 – 4 – 2 – 1
- B) 4 – 3 – 1 – 2
- C) 1 – 2 – 4 – 3
- D) 3 – 4 – 1 – 2
- E) 4 – 3 – 2 – 1

**14.** Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por um período de:

- A) 15 dias consecutivos
- B) 30 dias consecutivos
- C) 45 dias consecutivos
- D) 70 dias consecutivos
- E) 90 dias consecutivos

**15.** De acordo com o artigo 273 do Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, os aposentados compulsoriamente e os aposentados por invalidez, se não cessadas as causas determinantes de suas aposentadorias, só poderão acumular proventos se:

- A) em cargo em comissão
- B) em função gratificada
- C) com participação em órgão de deliberação coletiva
- D) em exercício de mandato eletivo
- E) com contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**16.** A Lei nº 9394/06 busca redimensionar a importância da escola e de seus profissionais, cabendo aos sistemas de ensino o papel de coordenação, apoio e incentivo às escolas, assegurando a gestão democrática. Neste sentido, a LDB determina que o ensino seja ministrado com base em princípios. Em um de seus princípios, está prescrito que:

- A) Os diretores deverão ser eleitos pelo voto da comunidade escolar
- B) O projeto pedagógico definirá as políticas e os princípios filosóficos das escolas.
- C) Os recursos pedagógicos e materiais devem ser adquiridos pelas próprias escolas.
- D) Os diferentes setores da comunidade participarão da gestão da escola.
- E) A educação escolar, o trabalho e as práticas sociais deverão estar vinculados.

**17.** A LDB criou os Institutos Superiores de Educação, destinados exclusivamente à formação de profissionais da educação, incluindo-se o curso normal superior, cuja finalidade é formar profissionais para atuarem:

- A) na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio
- B) na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental
- C) na formação continuada de professores da educação básica
- D) em programas de formação pedagógica para graduados em nível superior
- E) em cursos de extensão e aperfeiçoamento do magistério

**18.** De acordo com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que o ensino fundamental seja oferecido gratuitamente na rede pública para pessoas de qualquer idade, a partir dos seis anos. Esta determinação é:

- A) obrigatória apenas para os municípios
- B) obrigatória por ser um direito público subjetivo
- C) restrita aos sistemas estaduais
- D) restrita aos cursos de caráter supletivo
- E) obrigatória apenas para os cursos noturnos

**19.** A LDB, em seu artigo 67, determina que os sistemas de ensino assegurem a valorização dos profissionais da educação, incluindo o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. Essa determinação, porém, necessita ser:

- A) socializada por todos os profissionais da escola
- B) integrada com um piso salarial nacional
- C) assegurada em estatutos e planos de carreira do magistério
- D) reivindicada pelos sindicatos da categoria profissional
- E) incluída no projeto político-pedagógico da escola

**20.** A estrutura da educação escolar apresentada na LDB divide a educação em:

- A) educação básica, composta da educação infantil de zero a seis anos, ensino fundamental e ensino médio
- B) educação básica, composta pelo ensino fundamental, ensino médio de três anos e ensino superior
- C) educação básica, composta por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e ensino superior
- D) educação básica, composta pelo ensino fundamental de nove anos e ensino médio, e ensino superior
- E) educação infantil de zero a cinco anos, educação básica de nove anos escolares e ensino superior

**21.** O ensino é livre à iniciativa privada, atendida, dentre outras, a seguinte condição:

- A) cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino
- B) autorização de funcionamento e avaliação pelas secretarias municipais de educação
- C) fixação de conteúdos curriculares para o ensino fundamental e médio
- D) respeito aos valores culturais, artísticos, nacionais e regionais
- E) organização do projeto político-pedagógico pela comunidade escolar

**22.** Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas. Dessa forma, a União deverá:

- A) garantir a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental
- B) responsabilizar-se pelo cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas
- C) baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação
- D) fazer avaliação do desempenho profissional do magistério
- E) prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento escolar

**23.** A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com regras comuns, dentre elas:

- A) a avaliação do rendimento escolar deve levar em conta a prevalência dos aspectos quantitativos sobre os aspectos qualitativos.
- B) a classificação em qualquer etapa do ensino fundamental pode ser feita por promoção para alunos que cursaram com aproveitamento a fase anterior em escola pública
- C) o regimento escolar poderá admitir formas de progressão parcial, sem que se preserve a seqüência do currículo, nos estabelecimentos que adotam a progressão por série
- D) o ensino de línguas estrangeiras ou de outros componentes curriculares poderá ser organizado em classes com alunos de séries distintas, com diferentes níveis de adiantamento na matéria
- E) a carga horária anual será de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver

**24.** O controle da freqüência dos alunos é uma responsabilidade:

- A) da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação
- B) da escola, conforme as determinações do seu projeto político-pedagógico, exigida a freqüência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação
- C) da família, conforme o disposto no regimento da escola e nas normas do sistema de ensino, exigida a freqüência de 75% do total de horas letivas para a aprovação
- D) dos sistemas de ensino, conforme o disposto no seu regulamento, exigida a freqüência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação
- E) do professor, conforme o disposto no seu plano de curso, exigida a freqüência mínima de 75% do total de horas-aula da respectiva disciplina para a aprovação.

**25.** Uma escola municipal, que atende a todas as séries do ensino fundamental, funciona em um prédio com salas espaçosas, que podem comportar mais de quarenta alunos cada uma. Esse prédio, porém, localiza-se em uma avenida de intenso movimento de carros e ônibus, o que provoca muito barulho de buzinas e de motores, atrapalhando a comunicação nas salas de aula. A direção da escola solicitou à Secretaria Municipal de Educação autorização para organizar as turmas com apenas trinta alunos, pois a LDB determina, em seu artigo 25, que:

- A) Será obrigação permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento
- B) Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o horário do professor, o tamanho da sala de aula e as condições materiais do estabelecimento
- C) Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e as atividades propostas no plano de trabalho do professor
- D) Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.
- E) Será obrigação permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos, o tamanho da sala de aula e o horário dos professores

**26.** Na oferta da educação básica para a população do campo, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que diz respeito a:

- A) organização própria, incluindo conteúdos curriculares restritos às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural
- B) adequação do trabalho pedagógico à realidade socioeconômica do respectivo sistema de ensino e das demais escolas
- C) organização própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas
- D) menor carga horária das atividades escolares, devido à necessidade de jornada de trabalho infantil na área rural
- E) atuação de professores concursados que tenham experiência comprovada em educação no campo e que sejam residentes na área rural

**27.** A educação superior abrange:

- A) cursos seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão.
- B) cursos de graduação e programas de mestrado e doutorado
- C) cursos de graduação, de especialização e aperfeiçoamento.
- D) cursos seqüenciais, de graduação e de extensão.
- E) cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão

**28.** As universidades deverão ter em seus quadros:

- A) todos os professores com titulação de doutorado
- B) todos os professores com titulação mínima de mestrado
- C) um terço do corpo docente em regime de tempo integral
- D) um terço do corpo docente com titulação de doutorado
- E) todo o corpo docente em regime de tempo integral

**29.** A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantem a gratuidade do ensino fundamental em estabelecimentos oficiais de ensino a alunos:

- A) de sete a quatorze anos de idade
- B) de qualquer idade
- C) de seis a dezesseis anos de idade
- D) até os vinte e um anos de idade
- E) até os dezoito anos de idade

**30.** No segundo conselho de classe de uma escola de ensino médio, os professores apresentaram à direção da escola uma relação de alunos que, até aquela data, já tinham mais de cinquenta por cento de faltas. A resposta correta do diretor dessa escola aos professores deve ser:

- A) "Isto é um problema dos pais, que não têm responsabilidade com os filhos."
- B) "Era só o que faltava! Temos que ser babás desses moleques de quinze anos."
- C) "Vou falar com os alunos do Grêmio para que tomem uma providência."
- D) "Vou notificar imediatamente o Conselho Tutelar do Município."
- E) "Vou encaminhar essa lista de faltosos para a Secretaria de Educação."

**31.** Na parte diversificada do currículo das escolas, de acordo com o § 5º, do artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deverá ser incluído o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna, escolhida pela comunidade escolar, dentro dos limites da instituição. Isto deverá ocorrer:

- A) obrigatoriamente, a partir da 5ª série
- B) obrigatoriamente, a partir da 1ª série
- C) obrigatoriamente, a partir da 7ª série
- D) facultativamente, a partir da 5ª série
- E) facultativamente, a partir da 6ª série

**32.** No início do ano letivo, o corpo docente de uma escola foi convocado pela direção para um encontro pedagógico de abertura das atividades. Ao iniciar a reunião, o diretor comunicou a todos os professores que cada professor poderia fazer seu plano de trabalho, pois, finalmente, a escola tinha a sua proposta político-pedagógica elaborada durante as férias escolares por ele, o sub-diretor e o coordenador pedagógico, auxiliados por um consultor externo, muito entendido em assuntos pedagógicos. Um dos professores pediu a palavra e argumentou que não concordava, porque a proposta pedagógica deve ser construída coletivamente pela comunidade escolar. Outro professor lembrou que a LDB determina que os docentes incumbir-se-ão de:

- A) informar os pais sobre a execução da proposta pedagógica da escola
- B) elaborar e executar a proposta pedagógica da escola
- C) administrar os recursos financeiros e materiais da escola
- D) articular-se com as famílias e a comunidade próxima à escola
- E) participar da elaboração da proposta pedagógica da escola

**33.** A educação de jovens e adultos destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensino fundamental e médio na idade própria. Com este objetivo, os sistemas de ensino deverão manter exames supletivos que compreendam a base comum nacional e se destinem:

- A) aos maiores de quinze anos, no nível de conclusão do ensino fundamental
- B) aos maiores de dezoito anos, no nível de conclusão do ensino fundamental
- C) aos maiores de quatorze anos, no nível de conclusão do ensino fundamental
- D) aos maiores de quinze anos, no nível de conclusão do ensino médio
- E) aos maiores de dezessete anos, no nível de conclusão do ensino médio

**34.** De acordo com a legislação brasileira, as instituições privadas de ensino, que se enquadram na categoria comunitária, são:

- A) as escolas particulares em sentido estrito, instituídas e mantidas por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de direito privado
- B) as escolas instituídas por grupos de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas, que incluem em sua mantenedora representantes da comunidade
- C) as instituições que atendem à orientação confessional e ideologia específicas e são mantidas por pessoas físicas
- D) as escolas particulares em sentido estrito, instituídas e mantidas por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas relacionadas com as comunidades
- E) as instituições de ensino que têm caráter filantrópico e são mantidas financeiramente por organizações não governamentais

**35.** Uma escola da rede oficial recebeu a professora X, de Educação Religiosa, para lecionar para alunos de ensino fundamental. Logo no início de seu trabalho com as turmas, a professora declarou ser católica fervorosa, mas que respeitaria todas as denominações religiosas de seus alunos. Vários pais e responsáveis se insurgiram contra a direção da escola, que obrigou todos os alunos a assistirem às aulas, alegando não ter espaços físicos no prédio escolar, nem docentes disponíveis para ocuparem o tempo dos alunos que se negavam a participar das aulas da professora. Este impasse pode ser esclarecido considerando-se que:

- A) o ensino religioso é parte integrante da formação do cidadão e, portanto, é obrigatório para todos
- B) o ensino religioso se constitui em disciplina dos horários normais das escolas públicas e particulares
- C) o ensino religioso é de matrícula facultativa, assegurando-se o respeito à diversidade cultural religiosa
- D) a definição dos conteúdos e procedimentos didáticos do ensino religioso serão da competência do professor.
- E) as entidades religiosas predominantes na comunidade definirão os conteúdos do ensino religioso

**36.** A partir de 2003, tornou-se obrigatório em todas as escolas de ensino fundamental e médio, tanto da rede oficial como da rede privada, o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. Esses conteúdos devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de:

- A) Língua Portuguesa, História do Brasil e Geografia
- B) Educação Física, História do Brasil e Literatura
- C) Ciências da Natureza e História do Brasil
- D) Educação Artística, Literatura e História do Brasil
- E) Educação Artística, Literatura e Matemática

**37.** O Estatuto da Criança e do Adolescente considera como adolescente a pessoa que tem:

- A) entre 12 anos incompletos e 16 anos de idade
- B) entre 12 anos completos e 18 anos de idade
- C) entre 11 anos incompletos e 18 anos de idade
- D) entre 12 anos incompletos e 21 anos de idade
- E) entre 12 anos completos e 21 anos de idade

**38.** O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura ao adolescente trabalhador:

- A) acréscimo financeiro em seu salário, para estimular seus estudos
- B) oferta de ensino regular noturno adequado às suas condições de trabalho
- C) autorização de horário de trabalho especial, para conciliar com os estudos
- D) direito de retirar-se mais cedo do trabalho, em dias de avaliação na escola
- E) abono de faltas na escola, em decorrência de imprevisto no trabalho

**39.** Luiz Carlos, aluno da 7ª série do ensino fundamental, discordou de duas questões de uma prova aplicada por um de seus professores e, como não foi atendido por ele, levou o caso ao conhecimento da direção da escola. Ele usou de seus direitos, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura:

- A) garantia de padrão de qualidade do ensino e valorização da experiência extra-escolar de todos os alunos
- B) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber
- C) gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino.
- D) pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância
- E) direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores

**40.** O Decreto Federal nº 5154, de 23 de julho de 2004, em seu artigo 1º, determina que a educação profissional, prevista no artigo 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), deverá observar as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, e poderá ser desenvolvida por meio de cursos:

- A) de formação inicial e continuada de trabalhadores; de educação profissional técnica de nível médio ou tecnológica de graduação e de pós-graduação
- B) que visem a articulação entre as áreas de educação, do trabalho, da ciência e tecnologia e outras de interesse das instituições
- C) de integração pedagógica com a área de educação de jovens e adultos das redes públicas de ensino, incluída carga horária de estágio
- D) organizados por áreas profissionais que atendam à estrutura sócio-ocupacional e tecnológica com base em arranjos produtivos locais
- E) integrados, obrigatoriamente, às escolas de ensino médio, mediante convênios de interdisciplinaridade e, preferencialmente, com o sistema produtivo

**41.** São órgãos da estrutura do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro:

- A) Conselho Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Congresso Estadual de Educação
- B) Conselho Estadual de Educação, Programas de Educação à Distância, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
- C) Secretaria Estadual de Educação, Congresso Estadual de Educação, Programas de Educação à Distância
- D) Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Congresso Estadual de Educação
- E) Conselho Estadual de Educação, Instituições de Ensino Particulares, Secretaria Estadual de Educação



**42.** O Conselho Estadual de Educação é um órgão:

- A) do Poder Executivo, com atribuições doutrinárias, normativas, executivas e recursal
- B) do Poder Legislativo, com atribuições legislativas, normativas, executivas e recursal
- C) do Poder Executivo, com atribuições doutrinárias, normativas, de planejamento setorial e recursal
- D) do Poder Legislativo, com atribuições doutrinárias, normativas, de planejamento e recursal
- E) do Poder Executivo, com atribuições doutrinárias, legislativas, normativas e de planejamento setorial

**43.** Ao jovem, no início do ano letivo, é garantido:

- A) Direito de matrícula e reclassificação em qualquer série, ouvido o órgão de avaliação e inspeção escolar
- B) Direito de matrícula e reclassificação na Educação de Jovens e Adultos, caso seja maior de 13 anos, de acordo com o Regimento Escolar
- C) Direito de matrícula e reclassificação em qualquer etapa do ciclo, ouvido o órgão de avaliação e inspeção escolar
- D) Direito de matrícula e reclassificação, mediante avaliação de experiência e desenvolvimento, de acordo com o Regimento Escolar
- E) Direito de matrícula e reclassificação, mediante avaliação de experiência e desenvolvimento, de acordo com o Regimento Escolar e ouvido órgão de avaliação e inspeção

**44.** Nas regras comuns da Educação Básica no Nível Fundamental há a seguinte característica:

- A) Permitem a organização da escola por ciclos, ao disporem sobre os processos de avaliação diagnóstica, cumulativa e reclassificação.
- B) Estabelecem normas claras de avaliação diagnóstica, cumulativa e reclassificação, instruindo as escolas em sua opção pela organização por séries.
- C) Dificultam a organização da escola por ciclos, ao disporem sobre os processos de avaliação diagnóstica, cumulativa e reclassificação.
- D) Sugerem a organização da etapa inicial de escolarização por ciclos, ao disporem sobre os processos de avaliação diagnóstica, cumulativa e a reclassificação.
- E) Introduzem normas claras de avaliação que impedem a opção pela organização por ciclos em sua etapa final.

**45.** São exigências no processo de reclassificação do estudante – na mesma escola ou por transferência – a presença dessa sistemática na proposta pedagógica e no regimento escolar, além de:

- A) escolaridade anterior e registro no histórico
- B) reprovação exclusiva por nota e escolaridade anterior
- C) avaliação cumulativa na escola destino e registro no histórico
- D) reprovação exclusiva por frequência e registro no histórico
- E) desempenho acima do mínimo, no caso de reprovação por frequência, e registro no histórico

**46.** A Autorização para funcionamento de instituições privadas de Educação básica apresenta a seguinte tramitação:

- A) É solicitada ao órgão próprio do sistema, cento e oitenta dias antes do início da atividade, é emitida pela Comissão Especial Verificadora designada e é suspensa mediante infração comunicada pela Inspeção e Supervisão.
- B) É solicitada ao órgão próprio do sistema, cento e vinte dias antes do início da atividade, é emitida pela Comissão Especial Verificadora designada e é suspensa mediante infração comunicada pela Inspeção e Supervisão.
- C) É solicitada ao órgão próprio do sistema, cento e oitenta dias antes do início da atividade, é emitida pelo mesmo órgão e é suspensa mediante infração comunicada pela Inspeção e Supervisão.
- D) É solicitada ao órgão próprio do sistema, cento e vinte dias antes do início da atividade, é emitida pelo mesmo órgão e é suspensa mediante infração comunicada pela Inspeção e Supervisão.
- E) É solicitada ao órgão próprio do sistema, cento e vinte dias antes do início da atividade, é emitida pelo mesmo órgão e é suspensa mediante laudo conclusivo de Comissão Especial Verificadora.

**47.** Na verificação dos recursos materiais de uma escola privada de Educação Infantil, dentre outras condições, devem ser observadas:

- A) a disponibilidade de 1 metro quadrado por aluno, mobiliário de acordo com as características das crianças e jovens atendidos, pátio externo com 20% da área coberta
- B) a disponibilidade de 1 metro quadrado por aluno, bebedouros, área externa coberta, piso antiderrapante
- C), bebedouro com componente filtrante, cozinha, dispensa e, no máximo, 80% de área física ocupados pelos estudantes
- D) a disponibilidade de 1 metro quadrado por aluno, 20% da área física destinados à circulação, paredes revestidas com material lavável
- E) boa iluminação e ventilação, dispensa, cozinha e, no mínimo, 20% de área física destinados à circulação

**48.** Em relação à qualificação acadêmica e profissional mínima dos recursos humanos de uma instituição privada de Educação Básica, exige-se:

- A) graduação em Pedagogia e, no mínimo, cinco anos de experiência profissional para os mantenedores
- B) especialização lato-sensu na área, para os profissionais de Educação Infantil
- C) graduação em Administração Escolar, obtida até 2007, para o cargo de Diretor-Adjunto
- D) curso Normal – Ensino Médio, para o cargo de Secretário Escolar
- E) graduação plena e experiência mínima de 5 anos em docência, para o cargo de Diretor

**49.** No processo de autorização das unidades de educação básica da rede privada, após a visita “in loco” da Comissão Verificadora e da emissão de parecer favorável, o processo é encaminhado para:

- A) o Conselho Estadual de Educação, para emissão de Autorização
- B) a Coordenadoria de Inspeção Escolar, para emissão de Resolução
- C) o Conselho Normativo do Sistema (Estadual ou Municipal), para emissão de Resolução
- D) a Secretaria Municipal de Educação (quando há Conselho Municipal), para finalização
- E) a Secretaria de Estado de Educação, para providenciar publicação no Diário Oficial.

**50.** O jovem egresso de Curso Médio profissionalizante em Informática (Modalidade a Distância), ao ser aprovado no vestibular de Direito da Unidade Shopping das Flores da Universidade Santo Amaro da Purificação, deve apresentar como comprovante de escolaridade, para matrícula no Ensino Superior:

- A) diploma ou certificado de conclusão assinado pelo diretor e pelo secretário da escola, cópia da publicação no Diário Oficial do credenciamento da Instituição Escolar, autenticada pela Inspeção Escolar
- B) diploma ou certificado de conclusão, assinado pelo diretor, pelo secretário da escola e autenticado pela Inspeção Escolar, e cópia da publicação no Diário Oficial do credenciamento da instituição escolar
- C) diploma ou certificado de conclusão e relação dos concluintes assinados pelo secretário escolar, pela direção e pela Inspeção Escolar.
- D) diploma ou certificado de conclusão assinado pelo secretário escolar e pela direção e autenticado pela Inspeção Escolar e cópia da publicação no Diário Oficial da relação dos concluintes
- E) diploma ou certificado de conclusão assinado pelo secretário escolar, pela direção e pela Inspeção Escolar e cópia da publicação no Diário Oficial da relação dos concluintes

**51.** Considerando que a construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e manutenção de um Estado democrático, as normas para o atendimento dos portadores de necessidades especiais:

- A) vedam a possibilidade de classes especiais, exceto para os casos de superdotação.
- B) permitem a criação de classes especiais para portadores da mesma deficiência ou síndrome
- C) sugerem a criação de classes especiais provisórias para a inclusão do estudante no ensino regular
- D) obrigam o atendimento exclusivo dos portadores de necessidades especiais em classes comuns.
- E) exigem a presença de pessoal qualificado na área de saúde para a criação de classes especiais

**52.** São diversas as características que diferenciam os **professores capacitados** dos **professores especializados** em Educação Especial. Dentre elas, pode-se citar:

- A) as formas pelas quais cada um valoriza a educação inclusiva
- B) o domínio da Língua Brasileira de Sinais e da Escrita em Braille
- C) a presença de disciplinas sobre Educação Especial em sua formação
- D) licenciatura em uma ou mais modalidades de Educação Especial
- E) capacidade para trabalhar em equipes interdisciplinares

**53.** A oferta de cursos de Educação Profissional no Nível Médio pode se realizar de forma:

- A) integrada (convênio entre duas instituições); concomitante (apenas na mesma instituição) e subsequente (destinada aos que tiverem concluído o Nível Médio)
- B) integrada (apenas na mesma instituição); concomitante (apenas convênio entre duas instituições) e subsequente (destinada aos concluintes do Nível Médio)
- C) integrada (na mesma instituição); concomitante (na mesma instituição ou em convênio) e subsequente (destinada aos que tiverem concluído o Nível Médio)
- D) integrada (na mesma instituição ou em convênio); concomitante (apenas na mesma instituição) e subsequente (destinada aos concluintes do Nível Médio)
- E) Integrada (apenas na mesma instituição); concomitante (na mesma Instituição ou em convênio) e subsequente (destinada aos concluintes do Nível Médio)

**54.** Ao definir normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, por meio da Resolução 03/2005 e do Parecer 06/2005, a Câmara de Educação Básica do CNE apresenta, dentre os motivos doutrinários, o seguinte:

- A) o fato de a maior parte dos Estados, à época, já oferecerem nove anos de escolaridade
- B) a necessidade de políticas destinadas a reduzir a “síndrome da quinta série”
- C) por ser uma forma de viabilizar o acesso das Prefeituras às verbas suplementares do FUNDEB
- D) o fato de ser essa uma das metas do Plano Nacional da Educação
- E) a obrigação constitucional de ampliar o atendimento à infância

**55.** As condições para a oferta de atendimento a casos especiais, em que alunos se encontram temporária ou permanentemente impedidos de comparecerem regularmente aos estabelecimentos de ensino nos quais se encontram efetivamente matriculados, são:

- A) matrícula regular em algum estabelecimento de ensino; normas específicas do respectivo sistema de ensino em relação a essa matéria; previsão de formas de atendimento no projeto político-pedagógico do estabelecimento
- B) matrícula regular em algum estabelecimento de ensino; observância da impossibilidade do limite mínimo de frequência; normas específicas do respectivo sistema de ensino em relação a essa matéria
- C) laudo médico, social ou judicial caracterizando a excepcionalidade; normas específicas do respectivo sistema de ensino em relação a essa matéria; previsão de formas de atendimento no projeto político-pedagógico do estabelecimento
- D) matrícula regular em algum estabelecimento de ensino; observância da impossibilidade do limite mínimo de frequência; previsão de formas de atendimento no projeto político-pedagógico do estabelecimento
- E) matrícula regular em algum estabelecimento de ensino; laudo médico, social ou judicial caracterizando a excepcionalidade; previsão de formas de atendimento no projeto político-pedagógico do estabelecimento

**56.** São partes imprescindíveis do processo de autorização para funcionamento de instituições públicas de educação básica vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino:

- A) justificativa, objetivos, organização curricular, critérios de avaliação e disponibilidade de recursos materiais e humanos
- B) justificativa, objetivos, projeto político-pedagógico e disponibilidade de recursos materiais e humanos
- C) justificativa, objetivos, organização curricular, critérios de avaliação e projeto político-pedagógico
- D) justificativa, objetivos, organização curricular, disponibilidade de recursos materiais e humanos e parecer apreciativo-conclusivo da Comissão de Verificação
- E) justificativa, organização curricular, disponibilidade de recursos materiais e humanos e parecer apreciativo-conclusivo da Comissão de Verificação

**57.** O órgão central encarregado de elaborar a minuta do ato autorizativo (resolução ou decreto) da criação de um novo curso em uma Escola Pública da Rede Estadual é:

- A) o Gabinete da Secretaria de Estado de Educação
- B) a Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação
- C) a Sub-secretaria Adjunta de Planejamento Pedagógico
- D) o Conselho Estadual de Educação
- E) a Sub-secretaria de Planejamento e Controle da Rede

**58.** Os responsáveis pela análise do processo de solicitação de extinção de um curso em uma Unidade Escolar da Rede Pública Estadual são:

- A) Inspetor Escolar (Pronunciamento); Gerente de Ensino, Gestão e Integração (Pronunciamento) e Coordenador Geral (Parecer)
- B) Comissão de Verificação (Parecer); Gerente de Ensino, Gestão e Integração (Pronunciamento) e Coordenador Geral (Parecer)
- C) Inspetor Escolar (Parecer); Gerente de Ensino, Gestão e Integração (Pronunciamento) e Coordenador Geral (Pronunciamento)
- D) Comissão de Verificação (Pronunciamento); Gerente de Ensino, Gestão e Integração (Pronunciamento) e Coordenador Geral (Parecer)
- E) Inspetor Escolar (Parecer); Gerente de Ensino, Gestão e Integração (Parecer) e Coordenador Geral (Parecer)

**59.** São obrigações das Mantenedoras de Instituições de Ensino Privadas com finalidades não-lucrativas:

- A) comprovar a não-remuneração ou benefícios a seus dirigentes, sócios ou equivalentes
- B) possuir conselho fiscal formado por acadêmicos e com auditores independentes
- C) publicar, no Diário Oficial seus balanços anuais, certificados por auditores independentes
- D) comprovar a destinação de, no mínimo, 70% da receita para a remuneração de professores e funcionários
- E) submeter-se às mesmas legislação e normas que regem as sociedades mercantis

**60.** No processo de publicação de Relações de Concluintes no Diário Oficial, as instituições de ensino da rede privada devem garantir:

- A) o envio eletrônico ou magnético para a Equipe de Avaliação e Acompanhamento juntamente com duas cópias em papel, assinadas pelo secretário e pelo diretor escolar
- B) o envio eletrônico ou magnético para a Equipe de Avaliação e Acompanhamento juntamente com duas cópias em papel, assinadas pelo secretário, pelo diretor escolar e pelo inspetor responsável
- C) o envio eletrônico ou magnético para o Diário Oficial e duas cópias em papel para a Equipe de Avaliação e Acompanhamento, assinadas pelo secretário, pelo diretor escolar e pelo inspetor responsável
- D) o envio eletrônico ou magnético para o Diário Oficial e duas cópias em papel, assinadas pelo secretário, pelo diretor escolar e pelo inspetor responsável
- E) solicitação da presença de Inspetor Escolar para acompanhar o processo de digitação da relação dos concluintes no formulário próprio do Diário Oficial